

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.337 - GO (2019/0235117-6)

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : VANDERLEI FERNANDES DUTRA  
**AGRAVANTE** : UCILAS FERNANDES DUTRA  
**AGRAVANTE** : ERONIMO PEREIRA SOARES E CIA LTDA  
**OUTRO NOME** : UCILAS FERNANDES DUTRA E CIA LTDA. -  
MICROEMPRESA  
**ADVOGADO** : RAFAEL AUGUSTO JUSTINO PEREIRA E OUTRO(S) -  
GO028432  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IMPUGNAÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO ESPECIAL. AGRAVO CONVERTIDO EM RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por VANDERLEI FERNANDES DUTRA, UCILAS FERNANDES DUTRA e por ERONIMO PEREIRA SOARES E CIA LTDA. (outro nome: UCILAS FERNANDES DUTRA E CIA LTDA. - MICROEMPRESA) em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1194):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA MERITÓRIA. DA CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DA PENA APLICÁVEL. 1. Não incorre o ato sentenciado em cerceamento do direito de defesa, por conta de indeferimento de produção de prova testemunhal ou juntada de contratos sem vinculação com os fatos narrados no processo, quando há, nos autos, elementos suficientes ao convencimento motivado do juiz acerca da controvérsia. 2. Ao arguir a inépcia da petição inicial aduzindo ausência de comprovação do ato ímprobo, a parte suscitante envereda em questão afeta ao mérito da lide, devendo ser dirimida no momento oportuno. 3. A simples vontade consciente em aderir à conduta descrita no tipo previsto no artigo 11 da Lei nº 8.429/92 configura ato de improbidade administrativa, produzindo resultados vedados pela norma jurídica. 4. Estando caracterizado, tão somente, o ato de improbidade administrativa em virtude da violação dos princípios da administração pública, restam afastadas as condutas previstas no artigo 9º da Lei nº 8.429/92, acarretando, por consequência, a revisão da penalidade imposta, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 5. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

Os embargos de declaração foram juntados às e-STJ fls. 1253/1254 e

# Superior Tribunal de Justiça

1263/1271.

Nas razões do recurso especial, aduz a parte ora Recorrente que houve ofensa aos seguintes dispositivos: (a) arts. 435, 438 e 442, todos do CPC/15, por entender pela ocorrência de cerceamento de defesa decorrente do indeferimento dos pedidos de produção de prova pela parte ora Recorrente e, ainda, do julgamento antecipado da lide. Audz, por fim, que houve divergência jurisprudencial quanto à alegada ofensa ao art. 11 da Lei n. 8429/92, por entender desarrazoada e desproporcional a cominação da perda da função pública e de suspensão de direitos políticos.

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 1305/1309.

A decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi juntada às e-STJ fls. 1312/1313.

O agravo em recurso especial foi juntado às e-STJ fls. 1319/1345.

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi juntada às e-STJ fls. 1351/1352.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do agravo e as peculiaridades do caso concreto, o agravo deve ser provido para que seja realizada a reautuação como recurso especial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator